

Participar do protesto deste sábado (19) é ter compromisso com a vida, o emprego e o Brasil

Sindicato realiza atividades nesta sexta-feira (18) para convocar bancários e bancárias a participar das manifestações contra o Governo Bolsonaro

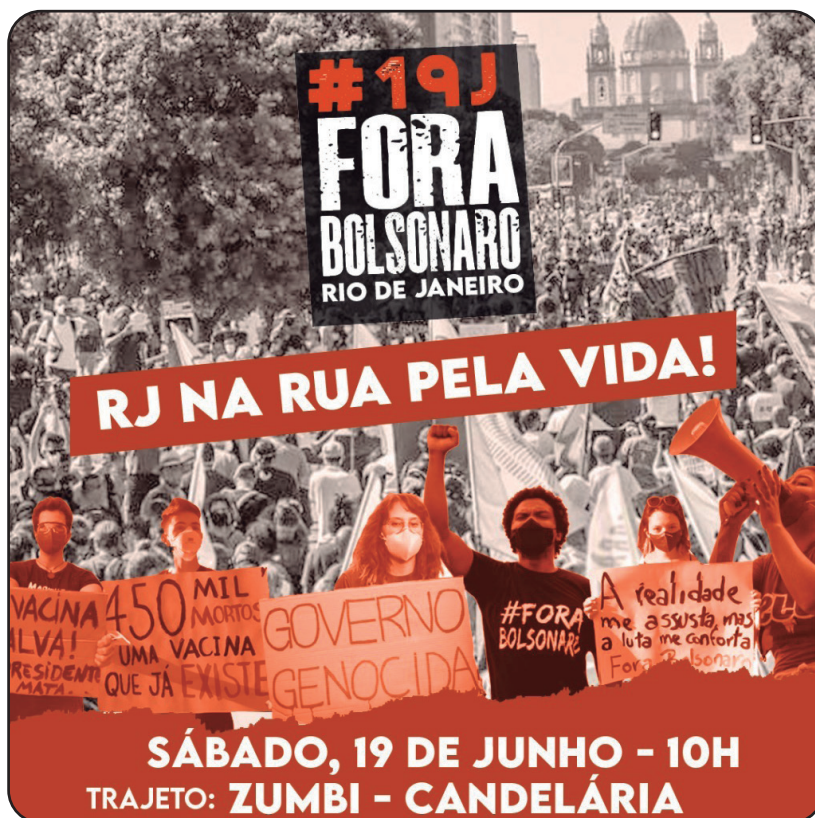
O povo brasileiro está aflito, angustiado e com o grito de revolta engasgado. Chegou ao ponto de não conseguir esperar o fim da pandemia para protestar contra o descaso, o negacionismo da ciência e a insistente ação do presidente Jair Bolsonaro em fazer piada com as mortes pela Covid-19 e subestimar a violência do vírus, tratando o coronavírus como uma “gripezinha”. Neste sábado, 19 de junho, é dia de participar das manifestações em todo o país pelo impeachment de Bolsonaro, em defesa da vida, vacina já para todos, empregos e auxílio emergencial de R\$600.

MOTIVOS PARA PROTESTAR

Em defesa da vida - Bolsonaro faz campanha contra o uso de máscaras, apostou na estratégia da chamada “imunidade de rebanho”, sem comprovação científica, ou seja, deixar contaminar e morrer milhares para só então superar a pandemia. O engodo custou caro aos brasileiros. Quem não teve um familiar, um amigo, um vizinho morto por esta crise sanitária?

Bancários sempre na luta - Os bancários e bancárias historicamente sempre estiveram na vanguarda das lutas pela democracia, pela soberania nacional, justiça social e emancipação popular. Agora a categoria tem muitos motivos para participar da mobilização nas redes sociais e nas ruas em defesa da vida.

Vacina para todos - O Governo Bolsonaro deixou de comprar 70 milhões de vacinas da Pfizer, mas gastou R\$90 milhões com cloroquina e remédios ineficazes e superfaturados, que estão enalçados nos depósitos do Exército. O Brasil se aproxima de meio milhão de mortes e



o presidente ataca a democracia, e até instituições como o Butantã e a Fiocruz, que sempre salvaram vidas com vacinas e pesquisas científicas e ameaça fechar universidades federais de ponta com cortes de verbas.

Emergencial para quem precisa - O ministro da Economia Paulo Guedes deu R\$1,2 trilhão para os bancos, deixou a indústria e o comércio à bancarrota, gerando mais desemprego e miséria. E ainda reduziu o Auxílio Emergencial para quem mais precisa que era de R\$600 para R\$150 e, no máximo, R\$375.

Salvar vidas e a economia - A política econômica que privilegia especuladores e pune a produção e o trabalho levou o Brasil para o fundo do poço. A inflação de maio foi a maior em 25 anos (0,83%). Nunca os combustíveis, o gás de cozinha e o custo de vida ficaram tão caros e o salário e a moeda brasileira tiveram tão pouco poder de compra.

Defesa do emprego e dos direitos - Chegamos a mais de 14 milhões de desempregados, metade dos trabalhadores está no mercado informal. Nunca na história republicana o país teve um governo tão ruim e tão desastroso, em todas as áreas, em todos os sentidos. Defender os bancos públicos.

Sim, é genocídio - A pandemia é mundial. Mas o descaso e o genocídio são tragédias nacionais. Participar do protesto nacional do dia 19, nas ruas e nas redes sociais, é defender a vida, o emprego, o meio ambiente, a economia e o Brasil. E os bancários e bancárias não estarão de fora desta união nacional, como nunca estiveram. Por nosso país, por nossos filhos e netos, pelas vidas perdidas e para salvar as que resistiram a esta tragédia nacional. O Brasil precisa de você. Participe.

FESTA DA POSSE

Live terá show da Família Martinho da Vila e sorteio em dinheiro



Para comemorar a posse da nova diretoria do Sindicato dos Bancários do Rio (gestão 2021/2025), a família Martinho da Vila, com o show “Canta, canta, minha gente”, que será também em comemoração aos 91 anos da entidade sindical. Os cantores Dandara e Raoni fazem uma homenagem ao mestre Martinho da Vila e com participação especial de Martin’ália. Haverá ainda sorteio de prêmios em dinheiro

no valor de R\$50. Para participar do sorteio, basta acessar o link <https://pt.surveymonkey.com/r/SorteioLivedaPosse>, disponível em nosso site. A live será transmitida no canal do Youtube e no Facebook do Sindicato.

Sindicato estende prazo para inclusão de bancários na ação do FGTS até sexta-feira (18)

A Secretaria de Assuntos Jurídicos do Sindicato decidiu prorrogar até a próxima sexta-feira, 18 de junho, o prazo para a inclusão de bancárias e bancários na lista de participantes da ação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O prazo anterior era 11 de junho. O objetivo é permitir a inclusão do maior número possível de pessoas a serem beneficiadas pela ação. Com a nova data, muda também a do envio da nova lista, que passa a ser 23 de junho, uma quarta-feira. A ex-presidenta do Sindicato e diretora da Secretaria de Assuntos Jurídicos, Adriana Nalesso, frisou que a ação do FGTS é importante para reparar perdas dos trabalhadores. “Nesse sentido postergarmos o prazo para garantir que mais bancários possam estar em nossa ação”, explicou. A orientação é para que o sindicalizado verifique se seu nome consta da lista já existente, caso contrário, deve seguir o passo a passo. Quem ainda não é sindicalizado e quer fazer parte da ação deve se associar o quanto antes através do link disponível em nosso site.

ENTENDA MELHOR

Em 2014 o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu aceitar julgar uma ação (Ação

REVISÃO DO
FGTS
Exerça seus
Direitos!



Passo a passo para ser incluído na ação do Sindicato

- 1º) Acessar o site do Sindicato (www.bancariosrio.org.br), verificar se o seu nome está na lista e aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a inconstitucionalidade da Taxa de Referência (TR).
- 2º) Caso seu nome não conste da listagem mesmo sendo sindicalizado a partir de 2014, entre imediatamente em contato pelo e-mail fgts@bancariosrio.org.br, informando o fato.
- 3º) Caso não seja sócio do Sindicato, você pode se sindicalizar até a próxima sexta-feira, 18 de junho.
- 4º) caso seja aposentado e sócio remido, basta apresentar o documento. É fundamental atualizar seus dados cadastrais até a próxima sexta-feira, 18 de junho no Sindicato.

Direta de Inconstitucionalidade) que pedia que a Taxa Referencial (TR), fosse considerada inconstitucional já que sequer

repõe a inflação, o que acaba por prejudicar de forma significativa os titulares das contas do FGTS. Caso o julgamento fosse favorável, caberia ao STF determinar o novo índice de correção das contas vinculadas. Com a aceitação do julgamento, em junho de 2019, o ministro relator, Roberto Barroso, determinou a suspensão de todos os processos que versavam sobre a matéria até que houvesse o julgamento do mérito pelo Supremo. Naquele ano, o Sindicato moveu ação coletiva pedindo a correção do saldo do FGTS pelo novo índice a ser fixado.

O julgamento estava previsto para 13 de maio último, mas o presidente do Tribunal, ministro Luiz Fux, decidiu pela sua suspensão, sem definir nova data. Mas a expectativa é de que a Adin seja julgada procedente. Até porque, no final de 2020, em julgamento conjunto de ações, o STF decidiu pela inconstitucionalidade da aplicação da TR como índice de atualização monetária de débitos trabalhistas e de depósitos recursais na esfera da Justiça do Trabalho. Na esteira da decisão, o STF determinou a utilização do IPCA-E até a data do ajuizamento do processo judicial, e a Selic após o ajuizamento.

Financiários conquistam reajuste de 8,9% nas verbas econômicas

A categoria dos financiários, cuja data-base é junho, terá um reajuste de 8,9% nos salários e verbas econômicas. O reajuste é o acumulado do período de junho de 2020 a maio de 2021. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do mês de maio ficou em 0,96%, de acordo com dados divulgados pelo Instituto



Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os salários e as demais cláusulas econômicas, além dos valores de PLR, previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2020/2022, serão corrigidos com esse índice e será aplicado retroativo a 1º de junho de 2021, sobre os salários e auxílios praticados em 31 de maio de 2021.

BANCÁRIO

Presidente: José Ferreira Pinto – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campeste** - R. Miraitaia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** Carlos Vasconcellos e Olintho Contente - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Ilustração:** Mariano - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 0**

SERVIÇAL DOS BANQUEIROS

Bolsonaro quer entregar fundos de pensão dos trabalhadores para os bancos

Transferência atende aos interesses privados e entregaria ao sistema financeiro e seguradoras mais de R\$ 1 trilhão de 290 fundos de pensão

O ministro da Economia e banqueiro Paulo Guedes atua para esvaziar os fundos de pensão fechados, de estatais, órgãos públicos e empresas privadas que têm os trabalhadores participando da administração. O objetivo do Governo Bolsonaro é o de facilitar a transferência, para a gestão de bancos e seguradoras, de mais de R\$ 1 trilhão acumulado pelos 290 fundos de pensão fechados existentes (63% deste patrimônio pertencem aos fundos patrocinados por empresas estatais e entes públicos). A denúncia foi feita em artigo de Marcel Barros, vice-presidente da Anapar, que foi diretor da Contraf-CUT e diretor de Seguridade da Previ e José Ricardo Sasseron, que foi presidente da Anapar, diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo e diretor de Seguridade da Previ. O texto foi publicado no site da Rede Brasil Atual.

Segundo os autores do artigo, “a gestão dos fundos fechados renderiam aos bancos privados cerca de R\$12,5 bilhões ao ano, a uma taxa de administração de 1,25%”.

MUDANÇA PREOCUPA BANCÁRIOS

Os bancários estão preocupados com a ação do governo



federal que ataca os fundos de pensão.

“A Reforma da Previdência de 2019, proposta por Paulo Guedes e aprovada pelo Congresso Nacional, abriu a porteira em favor do ataque do sistema financeiro sobre os fundos de pensão, deu um passo decisivo a favor dos bancos, incluindo na Constituição Federal a possibilidade de os bancos administrarem os planos de previdência dos servidores públicos. Para concretizar este passo, falta apenas alterar as leis complementares 108 e 109 de 2002, que regem a previdência complementar. É o que está sendo gestado pelo Governo”, afirmam no artigo, Marcel e Sasseron.

Segundo os autores, “o gover-

no aproveita para atacar também os planos patrocinados por empresas públicas ou de economia mista – caso da Previ, Funcef, Petros, Postalis e outros, que são os maiores em patrimônio”.

“Neste caso, a empresa patrocinadora teria a maioria do conselho deliberativo e decidiria tudo conforme os seus interesses, podendo inclusive mudar regulamentos, contribuições e os direitos dos participantes à sua revelia”, alerta o artigo sobre o fim da paridade conquistada pelos trabalhadores, para facilitar a destruição dos planos de previdência e a transferência de centenas de bilhões de reais para a gestão dos bancos, em outras palavras, para o bolso de banqueiros e especuladores.

O CONLUIO DA GANÂNCIA

O texto alerta ainda que “não é só o governo que ataca os direitos dos trabalhadores. A proposta de mudança tem origem no IMK (Iniciativas de Mercado de Capitais), autodenominado grupo de estudo composto por representantes do Governo, da Federação Brasileira dos Bancos, da B3 e de outros interessados de olho no rico patrimônio dos trabalhadores”, um verdadeiro conluio da ganância.

“Por que uma pessoa suspeita de fraude em mais de sete fundos de pensão, como Paulo Guedes, quer tirar das mãos de seus principais associados o controle e fiscalização de seu fundo de pensão? Quais as intenções por trás dessa ação de quem alocou valores de mais de R\$1 bilhão dos fundos de pensão? E onde foram parar os resultados desses recursos se os fundos tiveram oficialmente ganhos ínfimos? Por que alguém com suspeita de gestão temerária em fundos de pensão está à frente disso? Não podemos abrir mão da participação ativa e direta dos trabalhadores na administração de nossos fundos de pensão”, afirma a diretora do Sindicato, Luciana Vieira, funcionária do Banco do Brasil.

Santander rompe compromisso de não demitir na pandemia e Justiça manda reintegrar



A secretária-geral do Sindicato, Cleide Magno, à esquerda, acompanha a bancária Maria Cláudia na reintegração

Por decisão da juíza Rossana Tinoco Novaes, da 54ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, o San-

tander foi obrigado a reintegrar a bancária Maria Cláudia Vieira Mendes. A base para a decisão foi o compromisso assumido publicamente pelos bancos com o Comando Nacional dos Bancários, em março de 2020, de não realizar dispensas durante a pandemia do novo coronavírus. A ação foi elaborada pelo advogado do Jurídico do Sindicato, Marcus Varão.

É DIREITO

Em sua decisão a magistrada disse, ainda, não restar dúvida de que o compromisso público

gerou a legítima expectativa no empregado de que não seria dispensado durante o estado de calamidade decretado em função da pandemia. “Afim, essa foi uma das medidas que a reclamada (o Santander) divulgou como forma de minimizar os impactos sociais gerados pela doença, mitigando, espontaneamente, o seu direito potestativo de dispensa durante a crise global”, afirmou.

Ao determinar a reintegração afastou qualquer tipo de dúvida ao direito à estabilidade provisória garantida pelos bancos pelo tempo que durar a pandemia:

“Não há que se falar que o compromisso assumido está limitado a 60 dias, mormente diante do fato de que tal limitação não constou nos amplos canais de divulgação, não está no Relatório de Capital Humano. Além disso, tal limitação não repercute com força de alterar a presente decisão, considerando as razões acima expendidas, bem como por incidência do princípio da condição mais benéfica, estando o compromisso intimamente ligado aos efeitos da disseminação do vírus, que ainda reverberam de modo intenso na sociedade”.

VACINA JÁ!

Sindicatos entregam ao Ministro da Saúde pedido de vacinação prioritária para bancários

Comando Nacional entrega pareceres médicos e técnicos que mostram porque a categoria deve ter prioridade no Plano Nacional de Imunização

A Confederação Nacional dos Bancários (Contraf-CUT) entregou na sexta-feira, 11 de junho, ofício ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, solicitando a inclusão da categoria bancária no Plano Nacional de Imunização (PNI) contra a Covid-19. Os bancários entregaram pareceres médicos e técnicos que justificam a reivindicação.

O ministro prometeu encaminhar o documento à equipe técnica que estuda o PNI. “Ele disse que a decisão não é individual dele, mas desta equipe”, informou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandira Moreira.

O ofício entregue pelos sindicatos lembra que “a atividade bancária é considerada essencial nos termos do Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020, alterado pelo Decreto nº 10.329 de 28 de abril de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020”.

“Não estamos pedindo um privilégio, mas mostrando com dados técnicos que incluir a categoria bancária entre as prio-



EM BRASÍLIA - A presidenta da Contraf-CUT Juvandira Moreira entrega o pedido de prioridade da categoria bancária no Plano Nacional de Imunização contra a Covid-19 ao ministro da Saúde Marcelo Queiroga

ritárias na vacinação é uma necessidade para trabalhadores que estão colocando suas vidas em risco desde o início da pandemia, enfrentando aglomerações nas agências, já que somos considerados serviços essenciais”, explica o presidente do Sindicato do Rio José Ferreira.

O movimento sindical avalia

como “muito positiva” a reunião com o ministro e a expectativa de que a demanda, mais do que justa, seja atendida pelo governo federal, até por que protege também a população que busca os serviços nos bancos, inclusive os mais de 67 milhões de beneficiários do programa do auxílio emergencial, na Caixa Econômica Federal.

MORTES CRESCENTES

Os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), compilados pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), mostram que a reivindicação dos bancários tem fundamento: com o agravamento da pandemia no país, a média mensal de óbitos na categoria saltou de 18,33 no primeiro trimestre de 2020 para 52 vidas no mesmo período de 2021, um crescimento de 176,4%, bem acima da média nacional. As mortes de trabalhadores de todas as categorias cresceu 71,6% no mesmo período.

“A prioridade hoje é a defesa da vida, mas a imunização é também uma forma de contribuir para a defesa dos empregos, e defendemos a vacina para todos, já, o que poderia ter sido feito se o governo tivesse comprado cerca de 70 milhões de vacinas Pfizer”, acrescenta Ferreira.

Vacinação é tema principal de reunião entre Comando Nacional e presidente do BB

Concurso público, importância das mesas de negociação, melhorias no Programa de Desempenho Gratificado (PDG) e a inclusão dos bancários como prioridade no Plano Nacional de Imunizações (PNI) para a vacinação contra o novo coronavírus. Estas foram as principais reivindicações feitas pela Coordenação do Comando Nacional dos Bancários ao presidente do BB, Fausto Ribeiro, em reunião na quarta-feira (9/6). Ribeiro disse que concorda com a reivindicação da categoria e que a inclusão dos bancários como prioridade no Plano Nacional de Imunização é uma demanda também dos bancos. Ficou de analisar as demais reivindicações entregues em documento pelo Comando.

DIÁLOGO

Segundo o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBBB), João Fukunaga, o presidente do BB disse na reunião que quer abrir uma nova fase de diálogo, responsabilidade e transparência com os representantes dos trabalhadores e destacou que



haverá pautas divergentes, mas que as partes querem fazer o banco crescer.

SINDICATO FAZ SUA PARTE

Em todo o país, os sindicatos, como o do Rio de Janeiro, têm se articulado com as câmaras de vereadores e assembleias legislativas para a aprovação da inclusão dos bancários na lista de grupos com prioridade na vacinação.

CONCURSO E PDG

A Comissão apontou a necessidade da realização de concurso para fazer frente à falta de

funcionários, sobretudo após o recente Plano de Adequação de Quadros (PAQ) e ao Plano de Desligamento Espontâneo (PDE). Um levantamento do Dieese aponta que de 2012 a 2020, houve uma redução de 28.042 funcionários no quadro de trabalho do BB. Entre os principais problemas no PDG, a CEBB apontou a utilização de uma mesma lógica para analisar diferentes funções e a comparação da produtividade em pé de igualdade entre trabalhos simples com outros de maior complexidade. Outra questão é a subjetividade conferida à ‘reunião de consistência’, que confere a um comitê avaliador o poder de definir pontuações extras aos funcionários avaliados, mas sem definição clara dos critérios, alterando o curso do programa e a escolha de quem será contemplado ou não com a gratificação. Sobre o PDG da área negocial, destacou-se a constante mudança de regras, o que inviabiliza o planejamento por parte do funcionário e as metas descoladas da realidade, em especial no último semestre, estipuladas de maneira desproporcional à capacidade dos diversos segmentos, o que desmotiva o corpo funcional.